

SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado - GO

Reunião: 2ª Assembleia Geral Ordinária da CIES Estadual-GO

Data: 23/04/2019 Local: Sala 02 Horas: das 08h: 00min às 12h:00min

PAUTAS:

- ✓ **Acolhimento.**
- ✓ Projeto de Intervenção no **curso de especialização em Saúde Pública (turma III);**
- ✓ **Curso de Capacitação de Conselheiros de Saúde** - (Discutir a data do início do curso para cada Região/turma, para elaboração do cronograma e lançamento do edital);
- ✓ Apresentação do projeto **Enfrentamento e Controle da Obesidade no âmbito do SUS no estado de Goiás** - (para conhecimento).

INFORMES:

- ✓ **Discussão sobre as Inscrições dos cursos da Escola com envio de documentos pelo FORMSUS**, conforme Memorando nº: 170/2019 - GASCAR existente no processo SEI 201900010013398;
- ✓ **Discussão referente à presidência da CIES;**

ATA

João inicia a reunião fazendo o acolhimento, lendo os pontos pauta, fala das pautas extraordinárias solicitada pela professora Edsaura da UFG sobre o **Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva –Mestrado Profissional** e em seguida passa a palavra para a professora Maria do Rosário da UFG-Nutrição. Professora **Maria do Rosário** inicia sua apresentação, se apresenta , apresenta a professora Ida Helena e fala do projeto intitulado **“Ações de Prevenção, enfrentamento e Controle da Obesidade no âmbito do SUS no Estado de Goiás”**. Diz que esse projeto foi elabora atendendo uma chamada do CNPq e o MS entrou em contato com todas as Universidades para fazer essa chamada e como critério, seria aprovado um projeto por Estado e que esse projeto precisaria estar vinculado a uma instituição de ensino. Quatro projetos concorreram representando o Estado de Goiás e a nossa proposta foi a aprovada. Surgiu essa demanda do MS, levando em consideração o quadro epidemiológico que mostra que 18.6% dos brasileiros são obesos, 53.8 estão com excesso de peso e diz sobre a quantidade de obesidade no Brasil. Fala da crescente obesidade no país. Fala que as ações serão voltadas para a Atenção Básica –SUS, visando o diagnóstico, a prevenção e o enfrentamento das doenças causadas por obesidade. Diz que apenas 22 Estados vão ter esse programa que vai ter o acompanhamento direto da coordenação geral das ações de orientação, nutrição, da atenção básica do MS. E esse projeto para ser bem sucedido precisa de parcerias. Fala dos objetivos desse estudo. Foi uma construção coletiva. Fala dos 4 eixos: Eixo de pesquisa e desenvolvimento, Eixo de formação (que é o eixo central da proposta), Eixo de avaliação e monitoramento e o Eixo de inclusão científica. Fala das vagas. Fala da carga horaria. Fala da turmas que são cinco mais a piloto que é Goiânia com trinta a trinta e cinco alunos por turma. Metodologia, presencial e EaD. Fala da duração do curso. Começa e finaliza em 2019. Dentro desse projeto existem dois cursos. O curso dos profissionais de saúde tem um carga horária maior e a sua duração é de 1 ano. Um terço aulas teóricas e dois terços práticas. Cinco turmas também com média de trinta e cinco alunos também por turma. Fala que o projeto ainda está em fase de elaboração. Diz que



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

espera contribuir com o aperfeiçoamento e qualificação da atenção nutricional dos serviços de gestão das ações de alimentação e nutrição e especificamente em relação aos cursos, está previstas atividades de monitoramento. No momento temos o termo de anuência do Secretário de Saúde do Estado de Goiás, protocolaram a anuência da secretaria municipal de saúde de Goiânia, temos uma solicitação reunião com o COSEMS, vamos oficializar o convite aos municípios, mas o motivo de estarmos aqui na CIES apresentando, é porque achamos fundamental termos o apoio dessa instância, no sentido de sensibilizar e participar desse processo, porque daqui a pouco teremos que definir quem são esses profissionais, e é muito importante a orientação de vocês que estão nos municípios para dizer quem são essas pessoas. Fala da participação do Seminário Marco Zero em Brasília. Nesse instrumento nossa região tem algumas especificidades que precisam ser consideradas. Fala da elaboração de conteúdos e EaD e diz que logo na sequência estão se organizando pro curso piloto. Serão os mesmos professores, tanto dos profissionais quanto dos gestores. Fala que nesse projeto também está previsto cartilhas, jogos interativos, boletins informativos que serão trabalhados pelos bolsistas, para que fique disponível para toda sociedade. Foi conversado aqui na SEST, que querem colocar um link permanente desse curso, dessa proposta, no site da secretaria, como da Universidade, quanto da secretaria municipal onde ainda será levada a proposta. Diz que pretende finalizar com um evento em setembro do ano que vem. Maria do Rosário pergunta se a Profª. Ida, tem algo a dizer para reforçar o que foi apresentado. **Profª. Ida** fala que sabe que quem está na ponta é que enfrenta os principais problemas e desafios. E queremos entender o que é possível ser feito. O curso de formação será focado muito nisso: O que é possível? Esperamos que a partir da realidade de cada município, aproveitando as boas experiências, possamos estar dividindo essas experiências, compartilhando e pensando na nossa realidade. O produto final seja um plano de ação e a implementação desse plano. Diz que para isso precisam muito da colaboração de todos para estarem sensibilizando gestores, porque vão ter momentos que precisaremos de transporte para os momentos presenciais e que a colaboração de todos nesse processo é muito importante. **Maria do Rosário** fala que no momento estão passando uma lista de presença, para que elas futuramente estejam encaminhando os dados mais precisos. Diz que a escolha será de um tutor por região de saúde, porque esse vai ajudar na aproximação e logística. A Júlia de Rio Verde disse para nós que na região dela, essa questão de transporte os gestores tem favorecido. Mas não sabemos se essa vai ser a realidade de todas as regiões. Diz que precisariam da ajuda de todos para estimular essa disponibilidade. **Edy-Lamar** fala que a SEST-SUS, conta com os coordenadores de Educação Permanente nas regionais. Esses seriam os atores que divulgariam os trabalhos. Esses profissionais que são da SEST que hoje nós temos e antes não tinha. **Maria do Rosário** diz que isso será de muita ajuda. E que talvez esse coordenador se enquadrar no perfil, possa ser o tutor. Porque um dos requisitos para o tutor é a experiência técnica, se já está envolvido no processo de EP. **Edy-Lamar** fala que como coordenador de EP, ele está envolvido na CIES da sua região. **Madalena** fala que gostaria de reforçar o apoio dos coordenadores de EP, que quando as professoras enviasse e-mail, vocês pudessem estar divulgando, envolvendo as inscrições dos alunos e tentar encontrar esse tutor e apoiar como SEST-SUS. **Maria do Rosário** diz que para Goiânia, estamos pedindo um termo de anuência, porque o comitê de ética vai solicitar essa anuência. Em experiências anteriores, vocês acham que podemos pedir também esse termo de anuência? **Cleusa**

Rua 26 nº 521 – Setor Jardim Santo Antônio – CEP 74.853-070 – Goiânia –GO,

Fone: (62) 3201-3410 - Fax:(62) 3201-3409

e-mail: sest.cies@saude.go.gov.br; sest.gabinete@saude.go.gov.br

Ouvidoria: 0800 643 3700 e-mail: ouvidoria@saude.go.gov.br



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

Salton fala que pode ser passado na CIR. **Maria do Rosário** pergunta se ela vai ter que ir em cada CIR? **Cleusa** diz que não, o coordenador de EP, tem pauta em toda CIR e ele faz isso. **Maria do Rosário** pergunta se seria um termo de anuência do secretário municipal do município? **Cleusa** diz que sim. **Ida** diz que a ideia que foi dada, foi que se pedisse no COSEMS essa anuência. **Cleusa** fala que pode passar então na CIR, para que os secretários tomem conhecimento do projeto. **Maria do Rosário** fala que é fundamental que os coordenadores façam essa divulgação e que ela vai enviar a apresentação e o projeto na íntegra para todos para que na próxima CIR eles possam fazer a apresentação. **Janislene** pergunta se tem possibilidade de encaminha ainda hoje dia 23 para ela, porque a CIR da região dela acontece amanhã dia 24 ou então fica para o próximo mês. **Maria do Rosário** diz que chegando na faculdade ela vai encaminhar para o e-mail da Madalena e pede que a Madalena encaminhe para todos, inclusive uma cópia do termo de anuência. Ela diz que se conseguisse levar os termos que conseguiu na reunião em Brasília, seria ótimo. Porque se algum município não tiver interesse, a gente substitui. Ela agradece pelo apoio e encerra sua apresentação devolvendo a palavra para João. **João** assume e fala da solicitação da Prof.^a Edsaura de apresentar um projeto e passa a palavra para ela. **Professora Edsaura** se apresenta como professora da UFG e começa a apresentação do curso “**Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Mestrado Profissional**”. Fala do tempo em que esteve como membro da CIES. Fala do processo democrático da Instância, e da necessidade de fortalecer as instâncias. Fala que veio para renovar uma parceria que já existe e que já estão na entrando na quinta turma do mestrado e existe a necessidade de repactuação. Fala do recurso financeiro do mestrado, e fala da importância de passar pelas instâncias. Esse Programa é vinculado ao IPTSP (Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública – UFG) e apoiado pelo MS e SES. Estruturado desde 2010 e estamos na nona turma. Diz que existem 127 dissertações defendidas e mestres formados e 21 municípios contemplados nas cinco Macros Regiões de Saúde. Deixamos de fazer um ano e no outro ano fizemos duas seleções. Mostra os municípios dos discentes. Fala que tem formados inclusive em MG-Unai e DF. Fala da prof.^a Nilza que é da faculdade de enfermagem e coordenadora do programa, que tem um caráter multidisciplinar e institucional, uma vez que temos pessoas do serviço. Fala dos colaboradores da SEST-SUS. Parcerias nacionais, como outras Universidades, parcerias internacionais, inclusive recebemos um convite da Universidade da França e a parceria de Ottawa-Canada. Fala da parceria com a Escola. Fala do diferencial do mestrado que é para trabalhadores do SUS. Fala que é um programa pioneiro na região Centro-Oeste. Com a finalidade de diminuir as desigualdades. Fala da carência do Centro-Oeste e pede ajuda para que possa cobrir a demanda existente. Não existe nenhum programa que forma doutores na saúde coletiva no Centro-Oeste. Fala que é determinante a participação do professores da SEST-SUS na elaboração da proposta, essa parceria vem desde o mestrado. Fala também da parceria do financiamento de 400,000,00 de parceria da UFG com a SES, destinado as quatro primeiras turmas e tivemos esse financiamento aprovado em 2015 para as quatro turmas que finda agora em setembro de 2019. É um dos motivos de estarem aqui solicitando esse apoio para renovação desse financiamento para continuação do programa que está previsto no orçamento da SEST-SUS. Fala da linha de pesquisa do programa que são três em consonância com a área de avaliação da CAPS em saúde coletiva: gestão de sistemas e processos de gerenciamento do serviço de saúde; linha dois: promoção e educação de saúde; Linha três: vigilância. Fala da

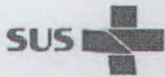


SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino-Serviço/CIES Estado - GO

priorização dos projetos na área de saúde coletiva. A ideia é corrigir no Brasil essa desigualdade. Isso tudo é para melhorar as práticas de saúde. Fala dos desafios. Fala dos objetivos que atendem os problemas levantados. Fala de algumas dissertações já concluídas. Fala da necessidade de melhoria no intercâmbio, mestrado, município e aluno, porque a primeira coisa que o aluno cobra quando entra no mestrado é a declaração. Ela diz que não entende, desde que o aluno está no mestrado, ele foi liberado, pelo menos entendemos assim. Seu chefe imediato te libera para o mestrado e depois cobra declaração? Ela diz não entender. Existe uma lei 8080, que o SUS é formador, então como assim Querem a pessoa formada, mas não libera? **Cleuza Salton** pergunta quando serão as aulas. **Edsaura** responde que serão a cada quinze dias. Aqui na SEST-SUS, acontece uma coisa muito importante, porque ela libera o aluno para o contato com o professor, porque produzir uma dissertação, não é fácil, porque essa dissertação é no nível de mestrado acadêmico, e a única coisa que diferencia, são os discentes que vem dos serviços. E diz também que na opinião dela, as aulas e as discussões são muito mais ricos que o acadêmico. O rigor da escrita científica e o mesmo do acadêmico. A pessoa tem que ter uma certa tranquilidade para escrever. **Edy-Lamar** diz que esse termo de liberação, tem que vir bem amarrada ao depois de formado estar trazendo para o município, porque muitas vezes a pessoa é liberada para o mestrado, mas depois de formado, não acrescenta nada para o município. Ele precisa fazer o retorno disso, e é isso que não temos. Muitos servidores formados, graduados, com mestrados, pós-graduados, doutores, mas eles não traz pro município nada que acrescente. Ele faz um acúmulo de certificados, que serve apenas para questões financeira (salarial) do servidor. Precisa ser amarrado isso com o profissional para que ele se comprometa a dar um retorno Para o município. **Edsaura** diz que a ideia é ótima e fala para a prof.^a Nilza que podem mudar nosso instrumento, além da carta de anuência, fazer uma carta de compromisso do aluno, tanto no nível central como municipal de atuar naquilo para que foi liberado. **Dra. Luciana** fala que essa legislação já existe, de que o profissional preste o serviço, pelo tempo em que foi liberado depois de formado. Mas ela diz que o que a Edy-Lamar falou vai além disso. Não é apenas permanecer no serviço, mas aplicabilidade daquilo que se certificou. Diz que a escola tem discutido muito em relação aos Projetos de Intervenção, que eles traduzam de fato em melhoria concreta para o serviço. Que saia um pouco do produto acadêmico e entre no serviço. Que possa mensurar isso, mesmo que no primeiro momento tenha um PI, ou piloto ou um relato de experiência e etc. Que saia um pouco do produto acadêmico e de fato se traduza em produto do serviço. **Edy-Lamar** fala que na verdade o que a gente busca é a melhoria do usuário. **Edsaura** convida a todos para um seminário que ocorrerá em meados de setembro de devolutivas, onde todos vão poder presenciar e participar desse tipo de discussão que estamos fazendo aqui. Isso é extremamente enriquecedor para todos nós. Essa contribuição da Edy-Lamar do instrumento de liberação e retorno do serviço deve ser discutido nesses encontros, nesses seminários. Edsaura fala que podem fazer isso por região. Que podem ir na CIRs e que o egresso pode apresentar sua dissertação. Edsaura fala da Walquíria, que depois do mestrado ela desabrochou. E digo isso como exemplo, tem vários outros com a mesma capacidade. Fala das suas experiências em pesquisa. Fala Fala em enviar o projeto para o João. Fala dos novos recursos da CAPS. Fala que se não houver essa repactuação não tem como eles executarem esse projeto. Edsaura termina sua apresentação e devolve a palavra para João. **Edy-Lamar** interfere e pergunta para a prof.^a se esse curso está



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

passando na CIES apenas como informe ou necessita de encaminhamento para a CIR. **Edsaura** diz que não é apenas informe e que necessita de pactuação. **Soraia** fala que essa pauta seguiu meio que atropelada, para se haver uma pactuação teria que ter o projeto em mãos para discussão e nada disso foi feito. Foi solicitado pauta extra de última hora, mas sem envio de projeto. E que ela não sabe como fazer o encaminhamento. **Edy-Lamar** sugere que a prof.^a envie o projeto para a CIES, que a CIES envie o projeto aos coordenadores, que se reúna a equipe de que preside a CIES, com as três coordenações da CIES ou presencial ou pelo CONECTA SUS, para a avaliação do projeto e assim fazer o encaminhamento. **Edsaura** fala que na escola existe um projeto enorme. **Edy-Lamar** diz que existe um processo na escola, e que a CIES precisa do projeto do curso para análise. **Eugênio** fala que na verdade o que falta é a CIES enviar a recomendação referendando o projeto. **Edsaura** diz que o projeto já foi até apresentado no GT. **Soraia** fala que o fluxo está errado, só vai para o GT, depois que passa pela CIES e é o Gabinete da SEST, que envia. **Edy-Lamar** fala que ela deve enviar o projeto para a secretaria executiva da CIES e a secretaria envia para os coordenadores da CIES e será feita uma reunião para as recomendações. **Eugênio** diz que esse mestrado já está com várias edições e etc. Então fica pactuado a reunião para avaliação do projeto. **João** passa a palavra para **Kelli**. **Kelli** inicia se apresentado, diz que antes de entrar na pauta gostaria de dizer que a questão das inscrições online pelo FORMSUS foi um sucesso. Diz que a divulgação que os coordenadores de EPS foi muito importante para esse êxito. Agradece o trabalho e diz que está hoje na CIES, para falar sobre o curso de saúde Pública que foi pactuado na reunião passada. É um curso já na terceira turma, financiado pela FIOCRUZ, mas eu disse na reunião passada que voltaria para que pudéssemos pactuar uma complementação desse curso, já que não existia a verba. Explica sobre a complementação, que nada mais é um projeto de intervenção. Porque nesse curso de saúde pública, se faz educação continuada e que trouxemos uma proposta para a superintendente, uma proposta ousada de ir além da Educação continuada, e sim através da Educação continuada, levar a Educação permanente nos locais de trabalho. Através do PI implementados durante todo o curso. Mas para isso, a gente vai precisar de um complemento financeiro, para que tenhamos pessoas que vão acompanhar esse PI e que antes da metade do curso começam a implementar essas ações. Fala do trabalho bonito do PEEPS e que vai trazer esse trabalho para o PI e ver o que é necessário dentro do PEEPS trabalhar com esses alunos e ver a possibilidade de poder intervir na realidade da região. Fala do valor de trinta e cinco mil reais, que é o valor que necessita para essa complementação. Com isso nós vamos formar pessoas que tenham condições de fazer projetos estratégicos situacionais e além disso, treinar e capacitar, vai implementar o projeto na região que ele atuou. Fala dos gastos com diárias, deslocamentos para as cinco Macro regiões. Para dias Macro regiões não foi previsto diárias por ser aqui perto. As outras três Macro, iram orientador, convidado e mais um convidado da Macro região que seria um gestor ou alguém representado por ele para pactuar esse projeto de intervenção para ser aplicado na região. Tem também o valor para a confecção dos banners. Esses banners ficariam para mostrar o trabalho, não apenas aqui, mas em outros locais. E também o material com o conteudista. Esse material está muito alinhado com a proposta do Sírío-Libanês, com adaptação para a necessidade da nossa região. Fala do tempo em sala de aula e do tempo de dispersão. Fala dos três facilitadores que acompanharão todo o processo, desde o primeiro dia de trabalho até o último. Fala que gostaria muito do apoio da CIES nesse projeto, para



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

fazer essa novidade de implementação e poder ver os resultados e quem sabe ser influenciadores para outras regiões. Então seria no total, a rede escola financiando oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais e o fundo da educação permanente trinta e quatro mil, novecentos e oitenta reais, num total de cento e dezenove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais. Fala do valor por aluno. **Janislene** pergunta se o projeto de intervenção foi apresentado para análise. **Kelli** diz que o PI é apenas um TCC, ele vai ser construído durante o curso. **Soraia** fala que o PI faz parte das ementas que não são mais enviadas juntamente com o projeto. **Jaqueline** pergunta se não tem uma sinalização de qual seria a proposta. **Kelli** dia que sim, a proposta é manter as oficinas durante o curso para fazer planejamentos situacional da região. Todo processo de PI será trabalhado durante o curso. A implementação começa com a atuação do gestor, lá na Macro região desse plano que será construído durante o curso e depois a partir da pactuação do gestor, esses gestores orientadores vão acompanhar por meio de atividades, sugestões, apoio, relatório e etc. **Jaqueline** pergunta se a titularidade exigida é apenas para doutores. **Kelli** responde que não, é colocado no projeto doutores para nivelar o valor máximo, pode ficar mais barato se não for um doutor e sim um mestre. **Dra. Luciana** pede a palavra e diz que esse curso é a menina dos seus olhos e por isso ela fez questão de estar presente na apresentação da **Kelli**. Diz que todo curso de pós-graduação antes era obrigatório o trabalho de conclusão de curso. Diz que foi professora por dez anos e fez pós-graduação, mestrado e doutorado e sou uma defensora de trabalho de conclusão de curso. Acho que ele é um produto. Hoje ele não é mais obrigatório. O trabalho de conclusão é sempre um pouco teórico, no caso da academia, ele atende em parte, porque precisa desse produto que vai ser divulgado. Mas quando se fala em integração ensino-serviço, quando se fala em educação para profissionais de saúde não atende muito esse produto teórico. O MS juntamente com o PAED e o Sírio libanês, começaram a desenvolver os projetos de intervenção, que é muito interessante, porque sai do campo teórico e entra na prática, construindo ao longo do curso de pós-graduação um projeto de intervenção concreto. A partir da necessidade da região, se faz um projeto de intervenção. Essa foi à ideia inicial deles quando vieram conversar comigo. Di que achou legal a ideia, mas questionei o que poderíamos fazer a mais. Não nos interessa o projeto de intervenção apenas, queremos o impacto na região. Como podemos ver o impacto na região? Se desenvolvermos um projeto de atenção. Então, esse trabalho sai do papel e vai para a prática. Ai a preocupação era se em um ano, um ano e meio dá pra fazer algo de fato? E a provocação foi; tem que dar. Tem que caber nesse período, pelo menos um relato de experiências concretas. Um projeto de intervenção aplicado. Se trabalhar um projeto de intervenção numa unidade básica de saúde, seis meses construindo esse projeto e seis meses implementando, pelo menos resultados iniciais vamos ter. Então, a partir desses resultados iniciais fica mais fácil de convencer o gestor a dar continuidade ao projeto ou o projeto e/ou não teve impacto naquela comunidade. Construir isso é mais caro, só para contudista vão ser gasto nove mil reais. A gente coloca doutor porque é o custo máximo do projeto. E como já temos um curso promovido pela rede escola, pensamos em aproveitar essa oportunidade para investir um pouco mais e criar esse material, que se funcionar nesse projeto, que entendemos como piloto, tem que ser a partir desse, na percepção dela, tem que ser a regra de todos os projetos de pós-graduação. Porque acaba que capacitamos profissionais e eles não estão devolvendo, o que acabamos de discutir na apresentação anterior da UFG. Porque de fato vamos ter um produto que vai avaliar o



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

indicador. Serão seis meses para apresentar essas ferramentas situacional, são ferramentas de gestão. O material é muito parecido com o material que foi desenvolvido pelo Sírio Libanês. É um material belíssimo, dia que ela é muito contrária a ter retrabalho, mas o que ela acha muito pertinente, é que de repente leva essa trabalho pro CONASS, para o MS e sugere como regra nos projetos do PROADI. Esses facilitares vão acompanhar todo processo. Vai ser pesado, porque será um facilitador para cada doze alunos. Já tem de onde partir, já foi construído o Plano de EP, já sabemos quais são as necessidades das regiões, Queremos escolher algumas coisas comuns a esses grupos, a cada seis alunos, ir para região e coletar dados da região, trazer isso de volta e discutir , fazer uma proposta de intervenção, pactuar com o gestor a implementação no meio do caminho, voltar pra região, implementar de fato, analisar indicadores e trazer no final do curso como Trabalho de Conclusão o relato dessa experiência. **Cleuza Salton** diz que fez um curso semelhante em 2010 e pergunta se esse projeto será individual ou coletivo? **Dra.** fala que a proposta é que seja metade individual e metade em grupo. **Cleuza** diz que porque o curso que ela fez, foi em grupo e que na hora de aplicar na pratica lá no município dificultou bastante. **Dra.** explica como está sendo proposto: Como tem alunos de diferentes municípios e regiões, eu não consigo fazer ele 100% em grupo, queremos trabalhar em cada seis alunos, um problema que seja comum, eles vão para o seu município, coleta os dados, volta e esses dados são reunidos. A pactuação com o gestor é justamente porque ele está sozinho lá e se ele não tiver apoio da equipe, ele não consegue. **Nilza** pergunta algo que não ficou audível. **Eugênio** fala que realmente trabalhar um Projeto Aplicativo de intervenção é o que vai fazer que realmente a gente consiga avançar nas planificações daqui por diante. Eugênio pergunta como vai ser essa pactuação com gestor na Macro Região. **Kelli** responde que nós vamos deslocar para a Macro, mas que será convidado o gestor do local. **Eugênio** fala que não existe gestor de macro região. **Dra.** responde que será feito o convite para o gestor ir. Se fossemos para a região ia ficar complicado. **Kelli** fala que vai ser considerado os alunos da Macro região e ver de quais os municípios eles são ver dentro da Macro o local mais próximo e chamar o gestor para fazer a pactuação. **Edy-Lamar** fala que para que a CIES tenha conhecimento do PI, o que pode ser feito e etc., pergunta se pelo menos uma planilha ou um plano de ação, para que pudéssemos anexar junto ao projeto que todos já receberam e que pudéssemos acompanhar e até mesmo para essa pactuação, pudéssemos estar junto e participar momento. **Kelli** diz que tem sim, que vai mostrar e compartilhar com todos. **Dra.** fala que inclusive a proposta de financiar o banner, é para esse banner ficar na região, se o profissional é do APS, o banner fica lá. É também uma comunicação científica, uma devolução para a comunidade. **Jaqueline** fala que é importante ter argumentos concretos, sabendo que vai trazer retorno na ponta, pro usuário e pra gestão, melhor. Porque são várias propostas acontecendo ao mesmo tempo, propostas da escola de saúde de Goiás, de outras instituições parceiras, as regionais também tem suas propostas loco regional para atender aquelas necessidades de saúde municipal. E se tenta ao máximo, se deslocar até o município para evitar esse gasto financeiro que os municípios têm. Quando pedimos para entender, é porque a gente leva isso pra CIR e precisamos ter o máximo de argumentos possível. **Dra.** fala que tem trabalhado nisso e que a primeira pergunta que ela fez quando chegou na Escola foi; Quais os indicadores que mudaram até o momento? A ideia hoje é melhorar os indicadores de saúde por meio da qualificação dos profissionais. É o olhar muito voltado para o impacto. A mudança do



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

indicador. A educação é importante, sim, mas quando falamos em ensino-serviço ela tem que mudar indicador. Quando foi construído essa proposta, foi justamente em cima disso, do que volta de fato. Temos conversado com todos os outros superintendentes, em concentrar todas as capacitações aqui, porque se percebe que existe muita sobreposição. Temos tido esse olhar. O gestor não é inimigo, ele só precisa ser convencido. **Kelli** fala da planilha de planejamento, fala do conteúdo e diz que será enviado para todos. Fala de como seria dado essas aulas, de três em três meses com um mês de dispersão entre cada um. **Maristela** da SUVISA pergunta qual a previsão de início do curso. **Kelli** responde que em maio. **Dra.** fala que o curso está pronto, com o PI ou sem, diz que para ela essa parte é o mais bonito do curso. Esse curso já está pactuado, a seleção já está feita por meio da parceria rede escola, só estamos aproveitando essa oportunidade para testar esse projeto, fazer esse piloto nesse curso e tenho certeza que vira padrão nos nossos cursos de Pós-graduação. **Edy-Lamar** pergunta sobre as diárias, se estão em cima do evento ou no valor de diária do Estado? **Kelli** responde que está em diária de deslocamento, cento e sessenta reais, diária do governo. **Jaqueline** pergunta se será lançado edital para seleção de conteudista? **Kelli** responde que esse não vai lançar edital, porque é um produto que foi adaptado conforme a escola quer que desenvolva. Pegamos a proposta do Sírio e adaptamos para o ensino-serviço, é a escola que tem que dar a cara nesse produto. Não podemos trazer alguém de fora para dar a cara de uma coisa nossa. **Dra.** fala que é um produto da casa mesmo. **Kelli** diz que inicialmente interna, e posteriormente pode ser expandido. **Dra.** fala que esses alunos vão formar nesse PI e aí, nos próximos cursos eles serão os apoiadores, facilitadores. **Janislene** fala que esse é o projeto piloto, se der certo continua. **Maristela** fala da dificuldade de entrar em algumas unidades, que nas OS não tem a mesma facilidade de entrar como entra em algum outro do governo. Fala que a estratégia para formar esses grupos, tem que muito bem feita para não esbarrar nesses problemas quando a temática envolver Organização Social. **Dra.** Luciana fala que a OS é co-gestora de uma unidade que é do Estado, então esse acesso está garantido ao servidor. Então qualquer dificuldade que vocês enfrentarem para entrar em um hospital regido por OS, tragam para ela que ela vai entrar em contato e resolver. Ela diz que inclusive quem autoriza visita técnica nas unidades de saúde do Estado, é a Escola. **Kelli** fala para Maristela que o aluno vai trabalhar naquilo que lhe é comum, não quer que o aluno saia da particularidade da aplicação. O que ele tem na sua região e o que ele pode fazer. Queremos envolver os atores sociais de cada região para poder fazer o PI. **Kelli** fala que vai encaminhar o Plano para a secretaria executiva para que seja enviado para todos. **Dra.** fala que tudo o que for produzido de material será colocado no site da escola. **Kelli** pergunta se tem mais alguma questão a ser tratada, se pode seguir com o projeto para as instâncias? **A extensão do curso de saúde pública foi pactuado e seguirá para as próximas instâncias.** **João** assume a palavra e passa para a pauta do curso de conselheiros. Passa a palavra para o coordenador de educação popular, Marcelo. **Marcelo** inicia falando da perspectiva de lançar os editais para o curso de conselheiros, de docente e discente no mês seguinte. Pretensão de formar quatro mil pessoas, com financiamento do MS. Pede a sensibilização dos Coordenadores de EP e que façam a divulgação. **Janislene** brinca que ela já está totalmente sensível. Risos. Marcelo fala que vão estar discutindo a formação de turmas nas regiões, **Eugênio** fala que estão esperando a tanto tempo que praticamente todos os procedimentos já estão encaminhados. **Jaqueline** pergunta se faz parte do itinerários do saber. **Marcelo** diz que sim, são



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado - GO

três mil vagas ofertadas pela escola e novecentos e sessenta e duas vagas em parceria com o MS que dará em torno de quatro mil vagas. **Marcelo** fala que a carga horária é de sessenta horas presencial. **Jaqueline** pergunta se os outros cursos que faz parte do itinerários, se vão caminhar juntos. **Marcelo** diz que não, vão caminhar separadamente. Diz que vai discutir nas regiões a melhor forma de fazer, se vai ser finais de semana ou não. **Janislene** diz que já foi feita uma pactuação em CIR, no que se refere a município polo e etc. **Marcelo** diz que toda essa pactuação vai ser respeitada. Pede que os coordenadores fiquem alinhados com a escola para o bom êxito do curso. **Janislene** fala que depois que realizaram as conferências foi percebido o quanto os conselheiros estão aguardando esse curso. Fala que a cada dois anos tem eleição para conselheiros e quem entra tem que fazer para poder entender sobre o que é ser conselheiro. **Marcelo** fala que de início, a ideia é trabalhar os titulares, suplentes e membros dos conselhos que poderão ter praticamente um revezamento nessa função. As primeiras vagas serão oferecidas para os titulares e suplentes e pode ser que se não completar as vagas a gente abra para a comunidade, respeitando a paridade. **Janislene** fala que foi solicitado algumas vagas para as regionais, principalmente quem trabalha no planejamento que trabalham com os conselheiros. **Kelli** fala sobre a pactuação das turmas, que vai ser levado em consideração e quem não tem ainda, vai ser solicitado essa pactuação. Fala que queria dos coordenadores que a informação do período ideal de execução dessas turmas. Falar quando preferem receber o curso, se agosto, setembro e etc. Diz que vai consultar, no sentido de fazer em cinco etapas. Agosto, setembro, outubro, novembro e se não der dezembro, janeiro nós terminamos de formar as turmas. E nessas cinco etapas, quinze turmas andando ao mesmo tempo. Consultar os conselhos qual o mês ideal para estar recebendo o curso. Fala que quer também a paridade dos conselhos, que eles realmente informem quem são os conselheiros e os suplentes. Primeiro abrange eles. **Edy-Lamar** fala para Kelli que eles não tem noção do que é consultar conselho. Eles andam com livro debaixo do braço para pegar assinatura de ata. Essa é a realidade. Diz que pensa que a ideia de fazer da forma que a escola pretende é tudo de bom, mas precisamos conhecer o perfil. Ir no conselho ou saber quem vai realmente querer fazer, porque tem titular e suplente que não quer nem saber disso. Porque eles não ganham nada, estão ali com o pensamento de estar doando seu tempo para comunidade. Precisamos de pessoas que estão na ativa, pessoas que tem interesse, e ela vai fazer o movimento depois. Porque capacitar pessoas que não estão nem ai, não adianta nada. Ela diz que nós não temos ideia do que são os conselhos nos municípios. Não funciona, isso é geral. Essas conferências são problema. O dia que a moça do conselho me ligou e disse que eu ia ser palestrante na minha região, eu disse que não ia fazer, porque eu não consigo fazer algo que eu não acredito. Eles levam para conferência os agentes de saúde todos. Usuário não tem ninguém e era de onde sairia as propostas. Ai vão os agentes de saúde só para participar do lanche, e fazer palestra para quem não quer escutar, não dá. A gente está falando e pessoas vendendo roupas, falando em celular e etc. Eu não acredito e se eu não acredito, eu não faço. Então está todo mundo precisando demais desse curso. **Marcelo** fala que partindo desse pressuposto, que a proposta surgiu. É pra mudar a mentalidade dos conselheiros. **Edy-Lamar** fala que concorda, e que devemos trazer pessoas que realmente estão lá interessados em fazer um trabalho. **Marcelo** fala que não podemos legislar sobre isso, porque se ele está no conselho e é conselheiro, já não compete a nós dizer se ele vai ou não fazer o curso. **Edy-Lamar** diz que entende o que o Marcelo está dizendo, mas ela acredita



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado - GO

que se ficar em aberto e que eles possam fazer a indicação e se manifeste com as pessoas que querem participar, do que partir da gente a determinação de vaga. **Dra. Luciana** diz que a única coisa que precisa ser respeitada é a paridade. Tem as porcentagem de cinquenta por cento de representante dos usuários, vinte e cinco por cento de gestão e vinte e cinco trabalhadores. É a legislação do conselho. Não vai ser específico, se é o presidente ou o conselheiro que entrou ontem, tem que se respeitar a paridade. **Ruth** fala que ela é agente comunitário de saúde, mas entra no conselho como usuário, e acaba que tudo é da secretaria municipal de saúde. **Marcelo** diz que foi conselheiro por vários anos e que o conselheiro não tem a informação e precisa dela. **Janislene** fala que o que poderia melhora nos conselhos são os horários das reuniões, deveria ser em horário laboral. Porque as pessoas já trabalhou o dia todo e depois ainda vai pra reunião do Conselho, tá cansado e nem quer estar ali. **Marcelo** fala que isso vai da determinação de cada conselho. Marcelo fala que a reunião onde ele participava era na última terça de cada mês de manhã. E que cada conselho pode determinar seu horário dependo de cada região. Marcelo pergunta se estão todos de acordo. Edy-Lamar pergunta sobre as datas, se vai confirmando e enviando para ela? **Kelli** diz que vão fazer uma consulta e ai responde e envia pra nós. **Eugênio** fala que a conferencia da região dele vai acontecer dia 25/04 depois de amanhã, diz que as cinco macro estarão realizando até maio. A EP está envolvida nesse processo e nós deveríamos colocar apresentações da nossa coordenação de EP. Estamos colocando nessa apresentação que em cada município temos uma representação, a Central por exemplo temos vinte seis município e todos tem representação de EP. E também falar do itinerários, mais específico falar dos conselheiros. **Marcelo** fala que é muito importante passar essa informação. Passa a palavra para João. **João** passa a palavra para a próxima pauta que sobre o fluxo dos processos de inscrição. **Júlia Rinaldi** fala que a inscrição pelo FORMSUS é um pedido antigo da Regionais, para evitar o transtorno de papelada, questão de perda e etc. É válido, evita a burocracia, o próprio aluno faz e se errou a responsabilidade é dele, mas, como exemplo o curso de vigilância epidemiológica nós não temos como fazer o monitoramento, e não tem como saber se tal município não se inscreveu. Não tem como a gente cobrar, ligar e procurar saber por que a coordenadora de vigilância de tal município não se inscreveu. Diz que só ficarão sabendo do quantitativo no final. É apenas esse questionamento que temos, se existe algum meio da gente ficar sabendo quem não se inscreveu. **Haline** fala que pode se enviar um relatório semanalmente. **Dra. Luciana** fala que tudo que precisarem relacionado aos cursos é com a secretaria acadêmica. A secretaria acadêmica faz esse intercâmbio com o coordenador, FORMSUS e com o Rogério. **Júlia** fala que como esse procedimento que seja uma rotina, que a gente não precise pedir. **Dra.** diz que o motivo dessa inscrição de forma eletrônica é exatamente facilitar o trabalho. Ela diz que fica muito feliz que os coordenadores estejam satisfeitos, porque ela ate brincou que precisávamos sair da era do gelo. **Jaqueline** disse que tinham essa sobrecarga operacional. **Dra.** Diz que o que os coordenadores tiverem de solicitação, concentrem na secretaria acadêmica, ela tem esse papel de responder as dúvidas, qualquer que seja e tentar solucionar, o que ela não puder resolver, ela direciona, então concentrem na secretaria. Diz que é uma mudança grande, que entende, até questionaram se não poderia fazer isso mais gradual, mas, algumas mudanças, ou vamos de uma vez ou não vamos. E essa é uma dessas mudanças radicais e estamos sofrendo pra acompanhar o processo. Pedimos a colaboração de todos nesse sentido, apesar de que tem pessoas que tem



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

dificuldade e vão continuar batendo na porta pedindo ajuda, e apõem nesse sentido até passar esse período de adaptação. Nós vamos criar um banco de dados, estamos trabalhando no cadastro único, que a partir que fez a inscrição em um curso da escola, provavelmente não vai precisar enviar documento novamente e ainda tem muita coisa que ainda vocês vão ver de melhorias. Tem uns projetos muito bonitos e já tem alguns em andamento. **Marcelo** fala que isso aqui é muito pouco perto da transformação que teve. E vai melhorar muito de agora em diante, não tem mais como voltar. **Haline** se apresenta como coordenadora da secretaria acadêmica, esse processo vai ser um primeiro passo e estamos todos da SEST, fazendo da melhor maneira possível para transicional toda essa mudança. Haline fala também sobre o curso e ACE/ACS que iniciou dessa maneira digitalizada para quatro mil inscritos, mas vai dar tudo certo. E provavelmente vamos precisar de vocês para algumas inscrições que não foram feitas da maneira correta, para que a gente não perca esses alunos. A nossa intenção é não perder ninguém, vamos trabalhar no cadastro único, evitando esse trabalho com papel e assim ajudando a natureza. E vamos trabalhar bastante e vamos precisar muito desse apoio. **Edy-Lamar** brinca perguntando se é tão bom assim, se podemos entrar e sentar. Risos. **Marcelo** que era o antigo coordenador, diz que devido a perda de documentos, tiveram que implantar algumas atitudes de controle de entrada de pessoal na secretaria. **Edy-Lamar** diz para Haline, que a necessidade do apoio é recíproca. O coordenador de EPS não é inimigo a gente é parceiro e às vezes a gente precisa dar umas brigas na secretaria. Da mesma forma que você precisa do nosso apoio, a gente precisa da secretaria. Pergunta se o ramal e o e-mail continuam os mesmos, **Haline** diz que sim, o e-mail talvez mude. **Dra.** fala que a solicitação da secretaria de trabalhar de uma forma mais concentrada reservada, nada mais do que justa, porque trabalham com muitos documentos, mas vamos fazer também um lugar de acolhimento na entrada da escola, com cadeiras longarinas, para as pessoas que chegam ter um lugar para esperar com conforto. **João** pergunta se existe mais alguma questão referente a pauta, todos afirmam que não, ele passa a palavra para Juliana que vai falar sobre o curso de ACE/ACS. **Juliana** se apresenta dizendo ser a nova coordenadora geral do curso, é um curso em EaD de cento e sessenta horas, diz que tem várias pessoas envolvidas desde a primeira etapa, a primeira etapa foi encerrada agora em março, trabalhamos um total de mais ou menos quatro mil e trezentos alunos, fechamos com um total de três mil e novecentos e desses oitenta por cento foram aprovados e se entende como sucesso essa aprovação, considerando o público alvo e a modalidade, foi considerado um desafio grande formar esses agentes comunitários e endemias. **Dra. Luciana** interfere para dizer que está muito feliz com o resultado, porque noventa e cinco por cento dos alunos acharam o conteúdo bom e excelente, noventa e três por cento consideraram bom e excelente a teoria e prática didática do material e noventa e cinco ponto cinco por cento, consideraram como bom e excelente a disponibilidade do tutor em orientar e auxiliar. Isso são realmente números impressionantes para um curso em EaD dessa magnitude com esse público alvo, diz que parabeniza a equipe da escola e os tutores que trabalharam arduamente e fizeram acontecer esse sucesso. Diz que tem muito orgulho de poder divulgar esses números. **Juliana** diz que esses resultados, são decorrentes da avaliação feita ao final do curso e fiz uma promessa de enviar para cada tutor a sua própria avaliação, mas ainda vou enviar. Fala das próximas turmas, dos remanescentes, dos casos de inscrições não homologadas por falta de documentação, e diz que para esse curso está sendo solicitado o mínimo: identidade, CPF e

Rua 26 nº 521 – Setor Jardim Santo Antônio – CEP 74.853-070 – Goiânia –GO,

Fone: (62) 3201-3410 - Fax:(62) 3201-3409

e-mail: sest.cies@saude.go.gov.br; sest.gabinete@saude.go.gov.br

Ouvidoria: 0800 643 3700 e-mail: ouvidoria@saude.go.gov.br



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

comprovante de vínculo. Porque o que interessa é o vínculo e não a formação do candidato, se ele é ACS ou ACE. Nessa nova fase da escola, esses documentos deverão ser digitalizados, o que é um avanço, só que ainda é uma nova proposta de trabalho e para isso, precisamos de todos os Coordenadores de EPS. Diz que fez um levantamento no FORMSUS e existem apenas setenta inscritos e que precisa ter quatro mil. Juliana diz que pra esse curso tem duas coordenadoras, ela representa a SEST-SUS e outra que representa a SPAIS, a ESTER, e que ela estava conversando com essa coordenadora e ela já está conversando com os tutores regionais, porque vamos ter que avançar nesse processo e correr atrás desses alunos, porque já deveríamos ter pelo menos cinquenta por cento de inscritos. Fala do tutorial que a secretaria acadêmica fez sobre o processo de digitalização dos documentos; disponibilizou alguns aplicativos como o SCAN é muito fácil de usar. Diz que nesse curso a distancia, que muitos fizeram pelo celular, eles conseguem instalar esse aplicativo e enviar os documentos digitalizados. Mas diz que vão precisar muito do apoio, tanto do tutor regional, como do coordenador de EPS para que seja atingida essa meta. **Edy-Lamar** pergunta sobre o projeto, a questão de reprovação se é apenas o critério de faltas. **Juliana** diz que não, é a média do curso. Diz que o curso tem oito módulos e que cada modo tinha uma forma específica de avaliação, dependia da carga horária dos módulos. Porque é um curso de capacitação e não queríamos prejudicar o aluno. Porque favorece o aluno, diz que se o aluno tiver uma nota alta em sete módulos e por algum motivo ele não realizou um módulo, ele é aprovado assim mesmo, porque não é o problema com um que ele será reprovado. Juliana fala também que ao final do curso, ela teve o cuidado de olhar os cento e três diários, e observar a questão da média, para ver se não tinha aluno sendo reprovado por décimos, e conversei com todos os tutores, aqueles casos de alunos reprovados por décimos, foi que o tutor me deu a contrapartida que ele deu várias chances para o aluno, ampliou prazo, trabalhou recuperação paralela. O aluno conversava com o tutor e o EaD ampliava o prazo na plataforma. Eles tiveram todas as chances e apoio possível. **Edy-Lamar** diz que a Rose levou para ela casos de Itumbiara com muita reprovação, e que ela ficou até assustada com a situação. E foi uma turma apenas de um tutor. **Juliana** fala da porcentagem de reprovação por turma. **Rose** fala que fez um relatório para o secretário municipal sobre os reprovados em Itumbiara, para que possamos buscar esses alunos para qualifica-los. **Juliana** fala para que eles falem sobre esse tutor especificamente, para que eles avaliem. **Rose** fala do seu trabalho nesse curso na região, onde ela ficou cerca de sessenta dias visitando todas as unidades e ali eles falaram de todas as dificuldades inclusive dos tutores. E o que está me preocupando, é essa inscrição diretamente no FORMSUS, porque muitos perguntam se ela vai ser tutora de apoio, porque eles não conseguem. Rose diz que agora é que os coordenadores de EPS tem que preocupar. Juliana encerra sua participação e passa a palavra para o João. **Dra. Luciana** pede a palavra para dar um informe e fala sobre um grupo de whatsapp que chama INForme Escola de Saúde. É um grupo de whatsapp aberto para compartilhamento de informações, não é aberto para comentários. Principalmente divulgações dos curso abertos aqui na escola, e curso gratuitos. Pede desculpas porque terá que se ausentar da reunião porque vai representar o secretário no CONASS. **João** volta a falar sobre a próxima pauta que é sobre a diretoria da CIES. Diz que na reunião passada, foi à despedida da presidente Edy-Lamar que precisou afastar das suas funções como servidora e automaticamente solicitou sua saída da presidência da CIES Estadual. Então, após esses dias ela retornou para suas



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado - GO

funções no serviço público, na regional Sul e João diz que devido a esse retorno, trás a proposta de **empossa-la novamente na função de presidente da CIES Estadual, ela está de acordo, agora pergunto aos membros se todos estão de acordo. Todos se manifestam em unanimidade com aplausos para o retorno da Edy-Lamar.** João brinca dizendo que a função dele como presidente foi meteórica, risos. **Edy-Lamar** explica os motivos que fizeram ela pedir para sair e assume novamente a presidência da CIES. Edy-Lamar em sua primeira atuação como presidente, pede a Maristela da SUVISA que leve a solicitação da CIES para a indicação de uma pessoa representante do CEREST que é de muita importância para a EP. Pede que cada CIES regional lembre desse ator, para que leve sua contribuição. João fala da reunião que teremos após a assembleia com os coordenadores da CIES, e terminadas as pautas e nada mais havendo acrescentar, encerra-se a reunião as 11:00 horas e feita a leitura da Ata que vai por mim assinada, seguida pelos demais participantes da Assembleia.

Soraia Guimarães

Soraia Guimarães

Carlos Antunes

Engenheiro Vitor

Julia Beatriz Dani Rinaldi

Regiliane M. B. de Sá

Kelli L dos Santos

Ja Betina Aparecida dos Reis

Milomir Lops Ferreira

Rute Chaves dos Santos

Edy-Lamar Borges de S. Segura

[Signature]